



Grupo de Encontro **Formação /Prevenção**

Data **18-01-2017**

Participantes Sílvia Sousa – MDN
Paulo Moreira – ANAFRE
Ester Pereira – SPP
Jannah van Slooten – FPCCSIDA
Sílvia Sousa – MDN
Benedita Martins – IEFP
Teresa Barroso – CSSISP
Lino Ramos – IPS/ESS
Rui Lima – DGE
Maria Vieira – UGT
Sónia Morais – ARS Norte
Mafalda Cláudio – OF
Sara Torgal – OF
Alexandra Menezes – ISS
Nuno Rodrigues – CNIS
Vitor Silva – SICAD
Raul Melo – secretariado permanente, SICAD
Natacha Torres da Silva – secretariado permanente, SICAD

Sumário

Após a apresentação dos participantes, da contextualização e da apresentação das conclusões e das linhas de ação propostas no âmbito dos Grupos de Encontro de 2014, a representante da ARS Norte começou por referir que aquela entidade não delinea as suas intervenções por tipo de substância mas que existe uma preocupação em utilizar a evidência científica a favor da ação e o *know how* do terreno, tornando as questões do álcool uma matéria integrada, direcionada para a comunidade e para a implementação de programas, com especial enfoque no meio escolar. Ao nível da prevenção seletiva, em contexto de lares de infância e juventude foram formados técnicos e auxiliares de forma sistemática e sensibilizados alguns dirigentes, para além da implementação de alguns programas e do trabalho com o ACES do Porto ao nível dos mitos, riscos, motivações em PLA e das consultas em âmbito de prevenção seletiva.

O secretariado permanente sugere que seria interessante para o FNAS articular com o ISS no sentido de saber quantos lares de infância e juventude estão envolvidos.

Por seu turno, o representante da CNIS expressa o seu interesse em conhecer e ter acesso também a esta informação, dado que têm feito e continuarão a fazer ações de formação a dirigentes e técnicos.



O representante da DGE sublinha que, no seu entender, haveria que trabalhar ao nível da formação, mais do que da prevenção. O paradigma biomédico ainda prevalece ao nível da decisão política e não o da promoção da saúde. Refere que o meio escolar é abordado muitas vezes como “local de intervenção”, agravado certamente pela necessidade de responder à exigência de estatísticas que definem áreas preventivas, na ótica do problema, e menos de promoção da saúde. Na sua perspetiva este é o problema das abordagens integradas e que haveria necessidade de sensibilizar os pais nessa matéria.

A representante da ARS Norte refere que têm presente essa preocupação em avançar para esse novo paradigma e que tem sido feito por eles um trabalho de aproximação à educação.

Por sua vez a representante do CCISP retoma o que referiu na sessão da sensibilização/informação. O CCISP tencionava levar a cabo os compromissos de proceder a um levantamento nacional da produção científica e profissional no âmbito dos PLA – formação, investigação e intervenção. Nota que houve vários entraves e que a resposta às dificuldades com que se depararam foi planear descentralizar o trabalho e recrutar pessoas chave sensibilizadas para a matéria. No seu entender será contraproducente falar de outras substâncias em contexto escolar, porque nessa perspetiva o álcool é sempre menos problemático e como tal menos visado. Sublinha a permissividade social face ao álcool, concretizada no facto de grande parte dos jovens menores de 18 anos consumirem álcool e conseqüentemente estarem em risco.

Foi feita uma chamada de atenção a demarcar a diferença entre risco e vulnerabilidade, designadamente o facto de que as experimentações de substâncias poderem ser experiências positivas.

O representante da DGE acrescenta que em muitos casos os primeiros consumos acontecem em contexto familiar, junto dos pais e relembra o papel das autarquias na licencição dos espaços que vendem álcool.

A acessibilidade aos programas de prevenção e concretamente o estabelecimento de parcerias para estes mais facilmente poderem ser integrados no contexto a que se destinam foi apontado pelo secretariado permanente como fundamental, embora se salvaguardasse também que nem todos os programas aplicados no terreno cumprem *standards* mínimos de qualidade.

A representante do ISS refere a existência de um conselho nacional para a promoção do voluntariado. Para esse efeito, foi criado e disponibilizado um manual de formação geral para que qual instituição pudesse dar essa formação a voluntários. Esse foi o primeiro passo para que se pudessem constituir bancos de voluntariado.

O secretariado permanente refere que esta seria uma excelente ideia no sentido de esta poder ser replicada no âmbito da formação de profissionais de bar e hotelaria, como compromisso do IEFP.

Por seu turno a representante da UGT refere que o compromisso da UGT partiu de uma carência identificada ao nível da formação e que, à semelhança do ISS, foi criado e facilitado um manual de formação em CAD em contexto laboral, com formação de mediadores que replicariam a formação. A necessidade aparentemente é mais extensa e mantém-se. No Grupo de Trabalho Restrito de Intervenção em Meio Laboral, numa das reflexões no sentido do formato da



continuidade do grupo, sobressaiu que continuava a haver necessidade de formação e de um manual para a abordagem aos PLA (documento orientador para a formação).

Com algumas semelhanças, o contexto militar caracterizado pela representante do MDN é um contexto facilitado pela aplicação da lei. A norma é muito importante em contexto de segurança nacional. Ao mesmo tempo, pode ser um contexto facilitador do consumo em função da acessibilidade. À semelhança da UGT, o MDN está a apostar igualmente na formação e a constituir a sua rede de operadores de prevenção que está aberta, a partir de 2017, a outros parceiros.

Como exercício último, os presentes foram convidados a uma análise quadripartida sobre as áreas em apreço:

Mais-valias da Prevenção/Formação

Pontos Fortes

- Capacitação dos interventores ao nível de competências
- Possibilidade de utilização de metodologias interpares
- Formação como forma de partilhar intervenção baseada em evidência
- Oportunidade de existência de parcerias/protocolos

Pontos Fracos

- Dificuldade de transferir intervenção
- Dificuldades ao nível da disseminação
- Ausência de coordenação (dentro da prevenção e entre intervenções preventivas) para que não se repitam fragilidades nem sobreposições, de forma a maximizar o impacto da intervenção
- “Demasiada” centralização na adolescência/jovens e não tanto na família ou a terceira idade
- Dependência de vontade política e maior canalização de recursos em abordagens “remediativas” do que preventivas





Mais-valias da Prevenção/Formação

Oportunidades

- Possibilidade de ampliar o leque de soluções
- Através das parcerias estabelecidas, potenciar benefício noutras áreas
- Possibilidade de a organização adotar os objetivos da intervenção
- Possibilidade de tradução de conceitos acessíveis ao grupo alvo
- Responsabilização (sua e do outro)
- Necessidade de canalizar a informação e lobbying junto a decisores

Entraves

- Perceção de que a abordagem dos PLA é confinada à área da saúde
- Ausência de dados que consubstanciem a necessidade de intervenção
- Interferência da culturalidade na receptividade e no impacto que a intervenção tem
- Necessidade de envolvimento de quem identifica o problema e não delegação da intervenção em outrém



Lisboa, 13 de março de 2017

O Secretariado Permanente do FNAS